

IDENTIDADE, GÊNERO E CULTURA MATERIAL: SENHORAS E CRIADAS NO ESPAÇO DOMÉSTICO — SÃO PAULO (1870-1920)

Simone Andriani dos Santos¹

Resumo: Este trabalho propõe a análise das relações entre criadas e patroas, na cidade de São Paulo, entre as décadas de 1870 e 1920, a partir das diferenças étnicas, sociais e de gênero (re)produzidas no espaço doméstico. Utilizando como principal corpo documental os manuais de prescrição de conduta (manuais de etiqueta, de economia doméstica, de puericultura e de higiene e saúde), o intuito é compreender a formação identitária a partir do uso de objetos e espaços, entendidos estes como indutores de comportamentos e hábitos corporais.

Palavras-Chave: Cultura material. Gênero. Espaço doméstico. Trabalho doméstico. São Paulo.

IDENTITY, GENDER AND MATERIAL CULTURE: LADIES AND CREATED IN DOMESTIC SPACE — SAO PAULO (1870-1920)

Abstract: This work is an attempt to analyze the relations between servants and mistresses, in São Paulo, between the 1870's and 1920's, from ethnic, social and gender differences (re)produced in the household. Considering different kinds of manuals — etiquette, housekeeping, childcare and hygiene and health — we intend to understand how identities are connected with the use of objects and spaces in the house.

Keywords: Material culture. Gender. Domestic space. Housework. São Paulo.

¹ Historiadora e mestra em História Social pela FFLCH/USP. São Paulo — SP. Endereço eletrônico: simone.santos@usp.br.

Introdução

Este trabalho se propõe analisar as relações entre patroas e empregadas domésticas na cidade de São Paulo, entre as décadas 1870 e 1920². O objetivo é entender a construção de suas identidades no espaço doméstico a partir das diferenças étnicas, sociais e de gênero, sob a perspectiva da cultura material³. Utilizando como principal conjunto docu-

² Este trabalho é síntese das principais ideias desenvolvidas na dissertação de mestrado, defendida em agosto de 2015, cujo título é: *Senhoras e criadas no espaço doméstico, São Paulo (1875-1928)*. A pesquisa foi realizada na FFLCH-USP (Departamento de História Social) e financiada pelo CNPq.

³ Segundo Meneses (1983, p. 112), cultura material pode ser definida como “[...] aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem” e apropriação social como “[tudo aquilo que] o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais”. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação ou, ainda, os seus arranjos espaciais. Dessa forma, não importa em qual contexto de uso (social, cultural, ritualístico ou econômico), não se pode negar a ubiquidade das coisas físicas para a humanidade. A cultura material é indissociável e constitutiva da condição humana desde o seu surgimento. Por esse motivo, a materialidade é uma importante plataforma para estudos de transformações sociais. Existem diferentes vertentes de estudos de cultura material, porém, para este trabalho, vale a pena destacar a vertente francesa. Dentre os inúmeros autores, destaca-se Jean-Pierre Warnier, considerado responsável por sintetizar os argumentos teóricos e metodológicos do grupo. Recuperando-se os aspectos materiais das coisas, o objetivo desses estudiosos é entender a relação sujeito-objeto e as ações que se desencadeiam nesse encontro, ou seja, a relação imediata entre corpo e os objetos manipuláveis. Não se trata apenas de observar o contato físico imediato do corpo com os artefatos, mas também as articulações que se dão no cotidiano e, portanto, menos perceptíveis como, por exemplo, a disposição espacial dos elementos no mesmo ambiente frequentado pelo corpo (REDE, 2003, p. 282-283). Partindo das ideias de Marcel Mauss, desenvolvidas no artigo “As técnicas do corpo”, Warnier enfatiza que, além dos atores humanos, as coisas devem ser entendidas como capacidade de

mental os manuais prescritivos de comportamento⁴, a intenção é compreender como essas obras, por meio de suas descrições e orientações, participaram do estabelecimento de dinâmicas entre corpos, objetos e espaços da habitação, as quais, por sua vez, contribuíram para a conformação das relações entre patroas e empregadas dentro da casa.

O intervalo entre o final do século XIX e início do século XX compreende o período em que a capital paulista aprofundou as mudanças advindas com os novos hábitos de consumo, intensificados pela modernização da infraestrutura e diversificação das atividades e agentes urbanos. O capital acumulado passou a ser investido não apenas na ampliação da produção do café, mas na diversificação de atividades econômicas (indústrias, empresas de importação-exportação, bancos etc.) e urbanas correlatas (linhas de

atuação social, pois permitem ações motoras, que podem limitar ou possibilitar comportamentos. Em outras palavras, o universo material é parte constitutiva da própria corporeidade; os objetos são essenciais para a existência humana, funcionando como próteses. Cada objeto possui uma dinâmica própria e essa dinâmica pode ser incorporada como um aprendizado até se tornar automatizado. Quando isso acontece, a cultura material participa de uma síntese que, longe de ser estática, implica uma interação entre os elementos em jogo: corpo, objeto e espaço. Ao internalizar a dinâmica do universo físico, expande-se a capacidade humana de ação (LE BRETON, 2007, p. 7-8; REDE, 2003; 2012, p. 241; WARNIER, 1999).

⁴ O objetivo de tais obras era divulgar normas de comportamento em sociedade. Os manuais chegaram ao Brasil quando o Império passava por transformações e o controle corporal foi a maneira encontrada para fixar marcas de distinção social. Em pouco tempo, caíram no gosto do público, criando-se novas categorias (ELIAS, 1990; REVEL, 2009, p. 169-210; RONCADOR, 2007; SCHWARCZ, 1997, p. 07-39). Para a pesquisa de mestrado, foram analisadas 42 obras, escritas em inglês, francês e português, agrupadas em quatro categorias: manuais de etiqueta, manuais de economia doméstica, manuais de puericultura e manuais de higiene e saúde. Além dos manuais, foram consultadas outras fontes documentais (matérias publicitárias, textos de memorialistas, relatos de viajantes, periódicos da época, legislações e dados censitários da cidade de São Paulo (SANTOS, 2015, p. 32-53).

transporte, redes de energia, água, luz e esgoto, habitações etc.).

Os investimentos em infraestrutura e embelezamento na cidade foram acompanhados de transformações na antiga estrutura familiar e nos padrões de moradias dos segmentos sociais mais abastados. Estimulado por pressupostos médicos, o sentimento de privacidade familiar começou a ser concebido quando pais e filhos começaram a valorizar o convívio íntimo e exclusivo entre eles, abandonando a companhia contínua de elementos estranhos na casa. A casa deixou gradualmente de ser uma unidade de produção autônoma e passou a estar profundamente articulada à cidade. O que antes era produzido na habitação podia ser adquirido em casas comerciais instaladas na cidade (COSTA, 1989). Somado a isso, a casa passou a ser uma importante forma de expressar a recente ascensão social dos novos representantes das classes dominantes. Gradativamente, as casas coloniais paulistanas foram sofrendo adaptações que as conduziram para o que significou “morar à francesa”. Surgiram novos tipos de habitação, mas os palacetes, tipo de habitação inspirado em modelos aristocráticos europeus do século XVIII e altamente especializados, podem ser considerados a melhor expressão do que se denominou como “casa moderna” (LEMOS, 1989; CARVALHO, 1996; HOMEM, 1996). Para as famílias menos abastadas, pertencentes aos segmentos médios emergentes, o novo modo de vida foi caracterizado pela aquisição de bens de consumo. Para essa parcela da sociedade, se não era possível comprar uma casa nova e “moderna” ou reformar a antiga, a ascensão social poderia ser demonstrada por meio da aquisição de objetos para a casa, como itens do mobiliário e peças de decoração, encontrados em lojas de departamentos (como o *Mappin Stores* e a *Casa Allemã*) ou confeccionados a partir de receitas caseiras divulgadas em revistas e manuais prescritivos de comportamento (CARVALHO, 2008; 2011).

A modernização da habitação, a intensificação do comércio e o aumento da disponibilidade de bens de consumo de uso pessoal e para a casa contribuíram para a multiplicação das tarefas domésticas (COWAN, 1983). Além dos cômodos, portas, janelas com vidros e assoalhos que precisavam ser frequentemente espanados, lavados e encerados, os diferentes tipos de móveis, armários, estofados, tapetes, cortinas, roupas de cama, toalhas de renda, louças, quadros, espelhos, entre inúmeros outros artefatos de decoração passaram a exigir um trabalho de limpeza pesado, regular e especializado (GRAHAM, 1992, p. 48-49). Se durante grande parte dos períodos colonial e imperial o trabalho doméstico era realizado majoritariamente por escravas, após a abolição ele passou a ser feito por donas de casa e, nas habitações mais abastadas, por mulheres pobres que foram contratadas como empregadas domésticas. Com o crescimento da cidade de São Paulo, uma grande quantidade de trabalhadores (ex-escravos, imigrantes europeus e seus descendentes) migrou para a capital em busca de emprego e melhores condições de sobrevivência. O comércio e a incipiente indústria não absorveram o grande número de desempregados. Às mulheres restou a possibilidade de trabalhar em casas de famílias: casadas ou solteiras, imigrantes ou nacionais (negras ou brancas), algumas começaram a trabalhar ainda crianças ou adolescentes, em casas de famílias abastadas e de médios recursos, como cozinheiras, criadas, lavadeiras, passadeiras, arrumadeiras, copeiras, amas-de-leite e amas secas, pajens e ajudantes⁵; algumas se empregavam sozinhas, outras junto de seus filhos ou de toda a família; mas na maioria dos casos, os

⁵ O serviço doméstico empregou uma grande quantidade de mulheres pobres. Em 1914, estimavam-se cerca de 40 mil trabalhadores no setor e de 10 a 15 mil substituições por ano, período em que a população paulistana era em torno de 375 mil habitantes. Na mesma época, em 1906, no Rio de Janeiro, havia 77 mil criadas, o que significava uma taxa de 76% das mulheres ativas (GRAHAM, 1992, p. 18-26; MATOS, 1994, p. 206; 2002).

trabalhadores residiam na casa dos patrões, em troca de moradia e alimentação (MATOS, 1994, 2002; PINTO, 1994, p. 97).

Tal quadro de transformações se estende até o final da década de 1920. Por um lado, a cidade testemunhou a primeira crise de mão-de-obra doméstica⁶. Ao mesmo tempo, o trabalho doméstico passou por um processo de mecanização, proporcionado pela instalação progressiva de redes de gás e eletricidade em residências paulistanas e pela maior difusão de eletrodomésticos. Por outro, o acesso à instrução feminina foi ampliado com o aumento do número de escolas. Com o avanço da indústria e do desenvolvimento urbano, assistiu-se a uma maior presença da mulher no espaço público e no mercado de trabalho formal. Logo, a casa deixou de ser o lugar privilegiado de condicionamento de padrões corporais associado à vida moderna⁷.

Desse modo, esta análise se desenvolveu em torno da hipótese de que os objetos e os espaços da habitação atuaram como indutores de comportamentos e hábitos corporais. Tal hipótese baseia-se no papel ativo que as práticas domés-

⁶ Segundo Gordon e Arthur (1988 apud CARVALHO, 2008, p. 246-248), no contexto norte americano a primeira crise de mão-de-obra doméstica foi nos anos de 1870. Já em São Paulo, embora alguns artigos de periódicos, como os da *Revista Feminina*, publicados na década de 1920, mencionavam a falta de empregadas e incentivavam o uso de utensílios e aparelhos domésticos para facilitar o trabalho da dona de casa (*Revista Feminina*, n. 113, out. 1923, p. 26-27), de acordo com Lemos (1976, p. 154) e Matos (1994, p. 203), o fenômeno passa a ter algum significado somente a partir de 1930. Pode-se considerar que a forte campanha médica, que alertava para os perigos gerados pela presença de servidores domésticos na casa e que contribuiu para conduzir a mulher ao território da vida doméstico, favoreceu esse processo.

⁷ Após a Primeira Guerra Mundial, tanto na Europa quanto no Brasil, assiste-se a um aumento do número de empregos femininos; entre os anos 1920 e 1940, o índice subiu 53% (CARVALHO, 2008, p. 23; MALUF; MOTT, 1998. v. 3, p. 401-402; nota de rodapé 95).

ticas diferenciadas entre patroas e empregadas teriam na conformação de identidades igualmente diferenciadas. Isto quer dizer que tais diferenças estariam baseadas não em valores abstratos ou valores exportados de conformações produzidas fora da convivência, mas em diferenças que foram construídas diariamente no uso igualmente diferenciado do espaço da casa, bem como de seus objetos, inclusive do corpo. Constatou-se que as relações se davam a partir de um jogo de práticas de aproximações e distanciamentos, indicando que as identidades dessas mulheres se formaram também por meio da mobilização de atributos materiais que agiram de modo semelhante. O esforço social de discriminação esteve justamente nas estratégias de diferenciar aquilo que perigosamente se mostrava muito próximo, colocando em risco a hierarquização necessária para o exercício dos micropoderes diários.

Limpeza artística e serviço grosseiro: a rotina de trabalhos domésticos

Emquanto a criada fôr preparando o café, a dona de casa ou sua filha arrume as chicanas, o assucareiro, a cestinha de pão e dê a tudo uma disposição agradável á vista; a familia sentir-se-á mais a gosto em torno de uma mesa bem arranjada e os filhos acostumar-se-ão á bôa ordem e ao serviço aseiado (CLESER, 1913, 19-20)⁸.

Emquanto a dona de casa fôr cuidando da limpeza especial — eu ia dizer artistica — dos commodos, a criada faça a limpeza da cosinha. Esfregue as prateleiras, o armario e a mesas com areia, sabão e um pouco de potassa, lave o chão, passe um panno limpo e humido sobre os azulejos das paredes, areie os metaes do fogão e das torneiras, passe um panno

⁸ Todas as citações foram transcritas conforme a grafia dos textos originais.

de lã embebido de óleo sobre o fogão, torre o café,
etc (CLESER, 1913, p. 90).

Emquanto a filha da casa fôr fazendo as camas póde
encarregar a criada do serviço mais grosseiro (CLE-
SER, 1913, p. 147).

Os excertos destacados acima foram retirados do manual de economia doméstica *O lar doméstico*, de Vera Cleser. A obra oferece uma série de conselhos a donas de casa sobre como bem administrar seus lares. Escritos por autores de diferentes esferas profissionais (professores, médicos, higienistas, literatos; homens e mulheres; leigos e religiosos) (MAGALDI, 2007, p. 19), os manuais prescritivos ensinavam o que era ser uma pessoa elegante, educada e civilizada, prescreviam ações em eventos sociais e festas, davam dicas de higiene (pessoal e da habitação), ajudavam a organizar a rotina de trabalhos domésticos, forneciam informações sobre como tratar os empregados e, sobretudo, informavam o que era ser uma boa mãe, esposa e administradora da habitação. A propagação de um ideal de família burguesa, orientada para a intimidade do lar, sedimentou a mulher no território doméstico. Enquanto atribuía-se ao homem a responsabilidade de promover o sustento da família, a esposa deveria administrar a casa, supervisionar os empregados e educar os filhos. Ao se pensar os preceitos veiculados por meio dos manuais femininos e a forma como buscavam transmitir um ideal de comportamento à mulher, pode-se dizer que eles contribuíram para a construção de representações e papéis sociais destinados ao gênero feminino, como no seguinte trecho da obra *A arte de viver em sociedade*, de Maria Amália Vaz de Carvalho (1909, p. 64-65): “Será polida, affavel, carinhosa; será vigilante e activa; será garrida e requintada; fará do ménage uma arte, da vida de família uma religião, e do seu lar o mais divino dos sanctuarios”. De acordo com Teresa De Lauretis (1994), a construção de gênero ocorre por meio de várias tecnologias e discursos com o po-

der de controlar o campo de significado social e, assim, promover e implantar representações de gênero.

Nos Estados Unidos, com o fim da Guerra de Secessão e a abolição da escravidão, em 1865, o êxodo de trabalhadores para a indústria provocou uma carência na oferta de mão-de-obra disponível para os trabalhos domésticos. O trabalho na casa acabou redirecionado exclusivamente para a dona de casa. Para engajar a mulher de classe média, sem ou quase sem empregados, nos afazeres domésticos, houve investimentos em embelezamento de utensílios e uma valorização das atividades da casa. A noção de *housework*, entendida como trabalho pesado, árduo e repetitivo, foi substituída pela de *home-making*, que demandava hábitos refinados e conhecimento artístico (ARNOLD; BURR, 1985, p. 155-159; BOXSHALL, 1997, p. 16-33; CARVALHO, 2008, p. 247; GIEDION, 1948, p. 23; 519-527). Nos manuais de economia doméstica, as atividades para a manutenção da habitação passaram a ser associadas à ideia de satisfação pessoal: cuidar da casa, dos filhos, do marido era algo que poderia dar prazer à dona-de-casa que assim cumpria o seu papel na sociedade.

No Brasil, com um mercado favorável para a contratação de empregados, o fenômeno de estetização dos afazeres no lar teve a função de diferenciar patroas e empregadas. Como a maioria das famílias podia arcar apenas com os custos de uma única criada, não raro a dona de casa era obrigada a trabalhar ao lado da empregada, supervisionando seu trabalho ou até mesmo efetuando algumas tarefas. Coabitar o mesmo espaço representava uma situação complexa e, em muitos casos, bastante conflituosa⁹. Sendo alguém de fora do núcleo familiar, de um grupo social distinto e presente constantemente na habitação, a empregada era considerada uma potencial ameaça à integridade moral e física da família

⁹ Para saber mais sobre as complexas relações entre patrões e empregados nesse contexto, ver: MATOS, 1994, 2002; PINTO, 1994, p. 97, SANTOS, 2015, p. 56-125; TELLES, 2011.

e, dessa forma, deveria ser constantemente vigiada. Ademais, como se tratava de uma mulher que partilhava com a dona da casa tarefas domésticas, as diferenças entre empregada e patroa precisavam ser constantemente reforçadas. A sinalização do distanciamento entre elas também pode ser compreendida a partir da dimensão material.

Apesar de concentrar suas preocupações em período mais recente, o trabalho de Maria Suely Kofes (2001) é especialmente importante para esta análise, pois nele a autora procura compreender as relações de identidade entre patroas e empregadas domésticas, assim como diferenças e semelhanças de papéis atuais na dinâmica estabelecida entre essas duas categorias de mulher. A autora utilizou enfoques, recursos e ferramentas metodológicas próprias da antropologia para entender como se davam essas relações de gênero: foram observados os modos de interação, “os sujeitos aparecem como pessoas concretas dialogando”; e os discursos inferidos a partir de um conjunto de entrevistas com empregadas e donas de casa, incluindo suas histórias de vida. O universo doméstico foi o palco dessas cenas; a condição comum do sexo, como seres do mesmo gênero, supostamente as identificaria em uma única categoria “mulher”, mas Kofes demonstrou que as diferenças individuais e as desigualdades de estratos sociais as distanciavam. A relação entre empregadas e patroas foi marcada a partir de limites e práticas ritualizadas, um mecanismo fundamental da construção da identidade. Daí a necessidade da autora de compreender como eram estabelecidas essas distinções: o uniforme, o elevador de serviço, o sino de chamar a empregada durante as refeições, etc. Tratou-se, portanto, de um jogo entre identidade e diferença, entre proximidade e distanciamento, o qual exigia muitas vezes ritualizações a fim de clarear as fronteiras incessantemente obscurecidas.

As questões observadas por Kofes no contexto contemporâneo são igualmente estratégicas para os estudos do

final do século XIX e início do XX. Porém, diferentemente da autora, que vê o processo de distanciamento como construções ritualísticas, em que as diferenças são estabelecidas para comunicar categorias de mulheres diferentes, o que se pretende aqui é ampliar esta perspectiva, demonstrando que as diferenças entre patroas e empregadas não estão apenas na dimensão simbólica, mas na construção de corpos e subjetividades materialmente distintas. Observou-se que as práticas domésticas diferenciadas, sustentadas por repertórios de objetos e condutas motoras¹⁰ igualmente diferenciadas, conformaram identidades distintas. É assim que, embora a condição de seres do mesmo gênero supostamente as identificasse, as práticas individuais as distanciavam; as dimensões materiais atuam de modo indissociável, em um jogo de aproximações e distanciamentos, em que se constrói concretamente, de fato, as fronteiras entre estes dois tipos de mulheres.

Desse modo, como é possível observar nos excertos extraídos do manual *O lar doméstico: conselhos praticos sobre a boa direcção de uma casa*, a diferenciação entre patroa e empregada era constantemente reforçada. Enquanto o trabalho pesado e desqualificado — o “serviço mais grosseiro” — deveria ser realizado pela empregada, a patroa se preocupava com a ornamentação — a “limpeza artística” — e o trabalho leve. Dessa forma, tendo alguém responsável pela limpe-

¹⁰ Na obra *Construire la culture matérielle*, Warnier define como conduta motora ou síntese corporal a relação indissociável entre o corpo e as próteses materiais utilizadas por ele para efetuar ações no meio ambiente. Como cada indivíduo possui um repertório particular de objetos, a incorporação de condutas motoras é singularizada e estaria relacionada à constituição de subjetividades. Desse modo, a formação de identidades estaria vinculada às diferentes próteses que cada indivíduo acionaria ao longo da vida. Assim, uma empregada doméstica, ao praticar trabalhos de outra natureza que o de sua patroa e utilizar outros objetos, não se distinguiria desta última somente na dimensão simbólica, mas elas seriam feitas de fato de “matérias” diferentes (WARNIER, 1999).

za pesada — ou seja, o serviço “sujo”, desvalorizado, que demandava força física e grande engajamento corporal —, a dona de casa podia se dedicar a sua “verdadeira” função na sociedade: ser mãe, esposa e dona-de-casa, realizando atividades como organizar a rotina diária, cuidar da manutenção das roupas, criar pequenos trabalhos artísticos para enfeitar o lar, elaborar os cardápios saborosos e saudáveis para o marido e se preocupar com a formação de seus filhos.

Na obra *São Paulo Naquele Tempo (1895-1915)*, Jorge Americano (2004) registra suas lembranças de infância e juventude em pequenas crônicas cujo tema principal é a capital paulista. Em um dos capítulos, o autor descreve como era a rotina de trabalho na casa, demonstrando que patroas e empregadas possuíam atividades distintas:

Outra função da dona de casa era fiscalizar a limpeza e arrumação.

O chão era varrido pela manhã. Quando as crianças saíam para a escola, era varrido de novo e umedecido com pano molhado enrolado em vassoura, para tirar o resto da poeira. Desde a última epidemia de febre amarela, a água do pano molhado tornava-se leitosa com a mistura de creolina.

Uma vez por semana, lavava-se a casa inteira com escova e lixívia.

Uma vez por semana, vasculhava-se o teto de madeira com vassoura de cabo comprido, entre três e quatro metros de altura, dimensão que, somada à estatura da empregada, dava o ‘pé direito’ do quatro a cinco metros e meio. Nas casas muito antigas, o ‘vaculho’ tinha cabo de quatro metros e meio, para alcançar o pé direito de seis metros (AMERICANO, 2004, p. 64-65).

Assim como o autor descreve que os afazeres eram divididos de um uma rotina regular e rígida, os manuais prescritivos aconselhavam as donas de casa a seguir um método. Para a “bôa ordem domestica”, ou seja, a realização sem

atropelos de todas as tarefas a se desempenhar, era necessário a elaboração de “um plano de inabalável regularidade para todo o serviço diário” (CLESER, 1913, p. 13). Enfatizava-se a importância da dona de casa ter “método”, “ordem” e “regularidade”, de organizar racionalmente as atividades e aproveitar bem o tempo (MALUF; MOTT, 1998, p. 406). No capítulo “Falta de tempo”, do *Livro das Noivas*, Júlia Lopes de Almeida contou a suas leitoras o caso de uma moça que, para organizar a rotina de afazeres na casa e, assim, ter tempo para se dedicar aos momentos de lazer, elaborou tabelas descrevendo as atividades da cozinheira, do copeiro e da criada. Sendo assim, com “um methodo rigoroso”, afirmava a autora, as inúmeras atividades sujeitas ao comando da dona de casa poderiam ser feitas com tranquilidade e exatidão (ALMEIDA, 1905, p. 73-77).

Iniciei esse trabalho [de limpeza geral da casa] methodicamente. Não é necessário pôr em desordem a um tempo todos os commodos da casa. Basta limpar um ou dois commodos da cada vez. E' essa a ocasião de fazer reparos, empapelamentos, retoques, pinturas, caiações, etc. Examinam-se bem as instalações de esgoto, e limpam-se e desinfectam-se rigorosamente todas as peças relacionadas com o mesmo (*LAR e saude da família*, 1922, p. 144).

Assim como no excerto acima do manual *O lar e a saude da família*, Cleser apontava que o trabalho na casa deveria ser feito seguindo um método. Segundo a autora do manual *O lar doméstico*, embora fosse difícil apresentar a suas leitoras um plano infalível que pudesse ser adotado em todas as casas — “pois elle depende das circumstancias de fortuna e numero de criados” —, ela indicava um exemplo de como uma senhora de uma família de recursos modestos poderia organizar o “movimento diário” de sua casa (CLESER, 1913, p. 13). Assim, contando com a participação da dona de casa e de suas filhas, o trabalho da empregada começava logo cedo: “A criada deve levantar-se no inverno ás 6 horas, no verão ás

5 ½” (CLESER, p. 17-18). As tarefas de limpeza e organização dos cômodos da casa, de manutenção e produção de objetos (trabalhos manuais) e de preparo das refeições eram então divididas sistematicamente em horários pré-estabelecidos e supervisionadas constantemente pela patroa: “Assim como a dona de casa determina todo o serviço, deve também revisar todos os cantos de sua casa para saber como são cumpridas as suas ordens” (CLESER, p. 30). Desse modo, tratava-se de um mecanismo orientado por rígidas normas de trabalho¹¹.

Como é possível observar no depoimento de D. Risoleta¹², uma das senhoras que teve suas memórias coletadas e analisadas pela autora Ecléa Bosi na obra *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, a normatização do trabalho doméstico tornou a rotina das criadas ainda mais árdua e rigorosa. Além do maior número de atividades a serem desempenhadas, a empregada era impedida de controlar seu próprio ritmo de trabalho. Os afazeres iniciavam-se logo cedo, muitas vezes ainda de madrugada, e eram finalizados às altas horas da noite, permitindo-lhes poucas horas de sono; mesmo entremeado por pequenas pausas para descanso, passava-se o dia trabalhando.

[...] eu levantava às quatro da manhã, trabalhava o dia inteirinho [...]. Eu que fazia tudo: fazia pão, lavava passava roupa às vezes a noite inteira [...]. Para limpar o assoalho eu espalhava areia na tábuas [sic] e esfregava de joelhos com um tijolo. Depois varria, jogava água e puxava com um pano torcido, rodo

¹¹ Tais obras prescritivas contribuíram então para a difusão de valores burgueses que sistematizavam o trabalho doméstico; a lógica que orientava o trabalho urbano e industrial era introduzida e adaptada ao espaço doméstico para garantir a prosperidade familiar (CARVALHO, 2008, p. 241-242; SILVA, 2008, p. 144-145).

¹² D. Risoleta, nascida em 1900, era negra e filha de escravo liberto; aos oito anos de idade foi colocada para trabalhar como empregada doméstica em troca de alfabetização (BOSI, 2010, p. 363-401).

nem existia. Imagine como ficava o rim de quem esfregava o tijolo! (Depoimento de D. Risoleta. In: BOSI, 2010, p. 371-372).

De forma semelhante, Americano também descreve como era a rotina de trabalho de uma empregada doméstica. Como é possível notar, as folgas, quando permitidas, eram apenas uma vez por semana e somente após o cumprimento de toda a atividade na casa.

Quem trabalhava não tinha direito a nada [...]. Descanso, domingo, só depois que fazia todo o serviço e deixava a mesa do lanche pronta, era muito difícil eles comerem fora. Então saía pra passear, mas de noite já estava lá porque segunda tinha que levantar às quatro horas (AMERICANO, 2004, p. 382). De manhã (6 horas): fazer o café, ferver o leite, varrer o vestibulo, o escritório, a sala de jantar. Espanar tudo. Arranjar a mesa do café, servir e tirar. Lavar a louça do café. Arranjar os quartos. Varrer a saleta e a copa, as escadas e o jardim. Arranjar a mesa do almoço, servir, desmanchar a mesa, almoçar. Depois do almoço: varrer a sala de jantar, lavar a louça e arear os talheres, guardar. Lavar o banheiro, passar o pano molhado na copa e no banheiro, varrer e arrumar o porão

SERVIÇO DA SEMANA

Segunda: Encerar os quartos e escritório dos rapazes.

Terça: Virar colchões e encerar os quartos.

Quarta: Vasculhar os tetos e encerar a sala de jantar.

Quinta: Bater todos os tapetes e encerar a sala de visitas.

Sexta: Encerar o escritório e o vestibulo e lustrar os móveis.

Sábado: Lavar as vidraças.

Entremeando nas horas vagas:

Arrumar os armários de louça e de roupas, passar sapólio nos metais, pontear meias, lavar os globos da luz.

Saídas, um domingo sim, outro não, depois do almoço, voltando para servir o jantar (AMERICANO, 2004, p. 88-89).

Como a organização do trabalho doméstico era feita pela dona de casa, a patroa teve seu papel elevado ao de gestora do lar; a empregada, sempre sob sua supervisão, passou então a ser encarada como mera executora de tarefas (SILVA, 2008, p. 145).

Com relação aos cuidados com a roupa, os manuais evidenciavam a importância da dona de casa saber costurar e fazer pequenos trabalhos de agulha — tais como a tapeçaria, as rendas, o bordado, o tricô, o macramê e o crochê. Mais do que uma forma de dar vazão à criatividade e à imaginação, eles podem dia representar, para as famílias de recursos médios e pobres, um alívio nas contas, no final do mês. Seguindo modelos divulgados em periódicos femininos (SOUZA, 1916, p. 18), a dona de casa poderia “confeccionar a roupa necessária a seu lar” e, assim, dispensar os trabalhos da modista: “Para modernizar um vestido velho, mas ainda em bom estado, para transformar outros em vestidinhos para os filhos e para ter todas as peças do vestuário em harmonia com as exigências da moda, é indispensável que cada senhora seja sua própria modista” (CLESER, 1913, p. 105). Mas a costura, junto dos trabalhos de agulha e dos demais artesanatos caseiros, não servia apenas para vestir a família e fazer consertos em toda a roupa utilizada no cotidiano doméstico (lençóis, toalhas e guardanapos). Esses trabalhos manuais poderiam se tornar uma fonte de renda familiar, presentes, adornos ou objetos de decoração. Por esse motivo, a máquina de costura era considerada a “companheira inseparável da boa dona de casa” e a mulher casada que não dominava a “arte de costurar”, “digna de lastimas” (LAR FELIZ, 1916, p. 35-36). Cleser enfatizava também a importância da atividade para a “prosperidade do lar doméstico” e aconselhava as mães a ensinarem às suas filhas as técnicas de costura:

A primeira recomendação que dirigirei a toda mulher, seja qual fôr a sua fortuna e posição social, é a de aprender a cortar e costurar todos os objectos de seu uso, desde a roupa branca até os seus vestidos de preço. Esta ciência ocupa o primeiro lugar entre todos os trabalhos de agulha, é a mais indispensável á dona de casa e ás moças contribue largamente para a prosperidade do lar doméstico (CLESER, 1913, p. 104).

Minhas senhoras! exigi inflexivelmente que vossas filhas se aperfeiçoem na costura á mão e á machina de roupa branca, no remendar e no serzir. Estes trabalhos cuidadosamente executados honram mais do que a sabia combinação de sedas, canotilhos, froco, etc., cujo preço está muitas vezes superior ás nossas circunstâncias (CLESER, 1913, p. 105).

Enquanto as donas de casa se dedicavam à elaboração de trabalhos de agulha, o trabalho de higienização da roupa — lavar, engomar e passar — ficava sob a responsabilidade de empregadas. Realizado no pátio dos cortiços pelas lavadeiras ou no quintal das casas pelas criadas, a rotina de cuidados necessários para a “Conservação da roupa branca e do vestuário” era bastante árdua, o que demandava a dedicação de muitas horas. Nas casas sem água encanada, o trabalho começava com a obtenção da água em alguma bica, chafariz ou poço para encher o tanque. A roupa era colocada em grandes tinas (bacias de madeira), sobre as quais se derramava sabão e água fervente. Dependendo do tecido e da quantidade de sujeira, o processo deveria ser repetido outras vezes. Para tirar manchas e clarear a roupa branca, fazia-se a barrela ou a lixívia. Depois de esfregadas e batidas nas mãos ou em tábuas de madeira próprias para bater, a roupa branca era anilada, quarada, enxaguada, torcida e engomada; já os tecidos coloridos tinham que ser estendidos do avesso e colocados para secar na sombra. O linho, o algodão e o morim eram tecidos muito utilizados na confecção de roupas de cama e mesa. Após molhados, o peso e a dificuldade de ma-

nuseio dessas peças eram muito maiores. No final de todo o processo, além da roupa limpa e seca, acumulavam-se queimaduras nas mãos já calejadas e dores em todo o corpo (MALUF; MOTT, 1998, p. 403-408).

Para engomar, era necessário preparar a goma, uma mistura feita com água e amido (geralmente polvilho), e depois passar a roupa com o ferro bem quente. Assim como a água encanada, a eletricidade ainda não era acessível para a maioria das casas. Os ferros de passar elétricos, que aparentemente facilitavam o processo de passar roupas, nas primeiras décadas do século XX ainda eram muito restritos. A maioria das pessoas utilizava ferros de estufa, a cunha ou a carvão (que variavam conforme o tamanho, mas que no Brasil pesavam entre três e três quilos e meio) (CARVALHO, 2008, p. 269). Como é possível notar nas memórias de D. Risoleta e D. Ilma¹³, o manejo desse tipo de utensílio era bastante árduo e demandava um conhecimento que era adquirido somente pela experiência. Por exemplo, uma boa engomadeira, além de saber controlar a temperatura ideal para cada tipo de tecido, tinha que tomar cuidado para não abrir o ferro e derrubar o carvão sobre a roupa. Para tornar o trabalho mais rápido e eficiente, evitando longas interrupções, era preciso utilizar mais de um aparelho, que deveriam estar previamente aquecidos.

Levantava de madrugada, trabalhava o dia inteirinho, de noite acendia cinco ferros de carvão para engomar a roupa de linho que tinha que passar tudo úmido: eu largava um ferro e pegava outro, largava um e pegava outro. Hoje está uma beleza esse tergal que não precisa nem passar, sacode bem, dobra e guarda. O ferro era pesado, não era ferro de estufa: o linho tinha

¹³ Cujavó havia sido escrava e trabalhado como lavadeira (Lembranças de D. Ilma, Banco de memórias de famílias negras, p. 3 em MATOS, 2002, p. 145).

que passar muito bem, com ferro bem quente (Depoimento de D. Risoleta em BOSI, 2010, p. 371). [...] Então a gente ficava a noite todinha engomando roupa... fazia também a goma com amido... às vezes era cru né, aqueles saiotes que existia naquela época, é... bem duro, então a goma era cozida; ...camisa de homem, então a gente tinha que ter uma goma mais fraca, então era uma, então era crua. E naquela época não tinha esse ferro elétrico, era ferro a de [sic] carvão. Então a gente limpava bem o ferro, punha o carvão dentro do ferro né, e com brasa de carvão aí ele esquentava né. Aí a gente fechava o ferro e começava a passar a roupa... quando acabava o carvão e já tinha que ir lá pôr carvão outra vez. De repente, às vezes, o ferro abria. Tava engomando aquelas camisas limpinhas né, aí de repente o ferro abria. Ai! Voava carvão por cima das camisas suja tudo, perdia todo o trabalho (MATOS, 2002, p. 145). Observa-se, desse modo, que os cuidados com a roupa também eram utilizados para diferenciar patroas e empregadas domésticas. Enquanto a dona de casa ficava responsável pela costura e demais trabalhos de agulha, a higienização das roupas, uma atividade doméstica que demandava muito tempo para ser realizada e grande engajamento do corpo, era realizada por lavadeiras e criadas.

Outra atividade doméstica que também merece destaque para demonstrar é o trabalho na cozinha. Enquanto a dona de casa ficava responsável pela “arte culinária”, ou seja, pelo abastecimento da despensa, elaboração dos cardápios e ornamentação dos pratos, mesa e ambiente onde eram feitas as refeições — “ocupe-se com os numerosos *nadas* que não custam dinheiro, mas que as criadas não sabem fazer e que comunicam á mesa familiar esse aspecto poético com que a mulher bem educada sabe idealisar os arranjos mais prosaicos da vida domestica” (CLESER, 1913, p. 28) —, as atividades diretamente relacionadas ao preparo das refeições ficavam a cargo das cozinheiras, em outras palavras, a parte mais árdua

dos trabalhos na cozinha (lavar, descascar, picar, mexer, bater, amassar, refogar, fritar, cozinhar e assar).

Embora a cozinha e o trabalho doméstico estivessem passando por transformações com a introdução do fogão a gás e a instalação de redes de abastecimento de energia nas habitações paulistanas (HOMEM, 2003; SILVA, 2008), a maioria das casas ainda possuía cozinhas muito semelhantes à descrita por John Mawe, no início do século XIX. Instalada no lado externo, dispersava-se pelo quintal. Ali, onde se dava não apenas o preparo dos alimentos, mas o beneficiamento, a estocagem e a produção, eram acomodados, em unidades isoladas, o fogão a lenha, a despensa, o depósito, o tanque, o galinheiro, o pomar, as instalações sanitárias e o alojamento dos escravos (e após a abolição, dos criados):

Para dar uma ideia da cozinha, que deve ser a parte mais limpa e asseada da habitação, o leitor pode imaginar um compartimento imundo com chão lamacento, desnivelado, cheio de poças d'água, onde em lugares diversos armam fogões formados por três pedras redondas, onde pousam as panelas de barro, em que cozinham a carne; como a madeira verde é o principal combustível, o lugar fica cheio de fumaça, que, por falta de chaminé, atravessa as portas e se espalha pelos outros compartimentos, deixando tudo enegrecido pela fuligem. Lamento ter que afirmar que as cozinhas das pessoas abastadas em nada diferem destas (MAWE, 1807 apud LEMOS, 1976, p. 204-205).

O trabalho nessa cozinha também não era nada fácil. As precárias condições materiais exigiam das cozinheiras um trabalho pesado, cansativo e demorado, seja por conta da preparação dos pratos ou da limpeza das panelas engorduradas ou enegrecidas pela fuligem: "O trabalho na cozinha era acalorado, sujo e cansativo, mesmo quando dentro de casa. Até os pratos mais comuns requeriam preparações laboriosas e sanguinolentas" (GRAHAM, 1992, p. 62). Mesmo nas habi-

78 | Gênero, corpo e performance

tações mais abastadas, o costume de criar nos quintais animais para consumo próprio (porcos, galinhas, patos e perus) ainda era mantido. Por exemplo, para o preparo de um frango, primeiro o animal precisava ser examinado, para a identificação de possíveis doenças, antes de ser abatido: “Com um corte pequeno e preciso na veia do pescoço [...], a cozinheira o matava e sangrava rapidamente, chamuscava-o, depenava-o e, então, aprontava-o para cozinhar” (GRAHAM). Depois de picado e temperado, finalmente era cozido ou assado. Como também relatou D. Risoleta, antes da mecanização da cozinha e do surgimento das indústrias alimentícias, “quase tudo se fazia em casa”. As carnes eram cortadas em tábuas de madeira e trituradas em moedores de metal; o açúcar mascavo, para ser transformado em branco, precisava ser cozido por longas horas em tachos de cobre; o sal era esmigalhado com uma garrafa até se tornar refinado; o pão sovado e enrolado em lajes de mármore; o milho e o café moídos em pilão de madeira; o arroz escolhido e lavado diversas vezes; e o feijão batido para separar os grãos da vagem seca. Como poucas casas possuíam despensas ou ganchos, os alimentos geralmente eram atacados por formigas, baratas, moscas ou ratos e acabavam contaminados ou mofados. As cozinhas, que não tinham acesso à rede de água e esgoto, exigiam o armazenamento de água em jarros de barros de diversos tamanhos. Para a limpeza das panelas, frigideiras e demais utensílios de ferro, pedra, barro e cobre, utilizava-se sabão feito em casa, com uma mistura de cinzas e pau de pita, e areava-se com areia, cacos de telha em pó e batatinha (CARVALHO, 2008, p. 251; GRAHAM, 1992, p. 46-48; 62,63; BOSI, 2010, p. 367-369; MALUF; MOTT, 1998, p. 412-413).

Mesmo com a modernização da cozinha no final do século XIX e a introdução do fogão a gás, o trabalho da cozinheira continuava sendo cansativo e desprestigiado. O novo equipamento contribuiu para reforçar as diferenças entre patroas e empregadas. Acostumadas a trabalhar em fogões à lenha, sentir a temperatura com as mãos, usar a força física

para manusear as chapas de ferro, controlar a fonte de energia observando a quantidade de lenha etc (CARVALHO, 2008, p. 256-257; MENESES, 2000; SILVA, 2008, p. 142-150), as cozinheiras tiveram de aprender um novo padrão corporal de trabalho, além de inúmeras outras técnicas de limpeza do novo equipamento e do espaço. Os manuais de economia doméstica contribuía indicando uma rigorosa rotina de atividades onde estavam incluídas lavagens, polimento, espanação, desinfecção e manutenção de utensílios, equipamentos, assoalhos, azulejos, teto, janelas, portas etc.: “Uma vez por semana, em dia determinado, deve a criada areiar todos os utensílios da cozinha, bem como as prateleiras, o fogão, os ladrilhos e azulejos [...]. As janellas e portas, o tecto e as paredes, os metaes do fogão e das torneiras devem sempre conservar um aspecto irrepreensivelmente limpo e luzido” (CLESER, 1913, p. 185). Em suma, as mudanças nesse espaço da casa acirraram ainda mais as distâncias entre patroas e empregadas.

Os sinais de distinção entre essas mulheres podem ser notados também em suas indumentárias de trabalho. Em um artigo publicado em 1918, a *Revista Feminina* apresentava às donas de casa vários modelos de aventais ricamente ornamentados com bordados, rendas, fitas e laços (figura 1). Com receio de serem confundidas com as empregadas, muitas senhoras resistiam ao uso da peça. Por isso, o texto do artigo deixava claro: “O avental da cozinheira, de panno grosseiro e sem ornatos, nunca poderá confundir-se com o avental de linho enfeitado de entre-meios, bordado de rendas e passado de fitas, que serve mais de ornamento que de protecção a uma elegante ‘toilette’ caseira” (*Revista Feminina*, n. 55, dez. 1918, p. 74-75). Além de não possuir detalhes, os aventais e os uniformes das domésticas eram geralmente feitos com tecidos mais resistentes e flexíveis, isso porque, como a rotina de trabalho numa casa era dinâmica e árdua, as peças não poderiam limitar os movimentos. No *Mappin Stores*, onde as

senhoras encontravam para si peças importadas de seda, musselina, renda, crepe e linho, para as empregadas eram oferecidos vestidos, aventais, toucas, colarinhos, entre outros artigos feitos de algodão e tecidos mais “duráveis”, o que provavelmente tornava sua vestimenta menos delicada e menos elegante (figura 2).

Essa questão também fica aparente em uma das crônicas de *Americano* e na fala de D. Risoleta. O autor contou o caso de uma personagem de sua obra, possivelmente sua mãe, que precisou se deslocar até o centro da cidade para fazer compras. Quando entrou na *Casa Allemã* em busca de tecidos, o caixeiro da loja começou a mostrar-lhe os produtos nacionais; a senhora reclamou dizendo que só lhe serviam as fazendas estrangeiras: “O senhor acha que eu vou comprar fazenda nacional? [...] eu não estou fazendo compras para as criadas” (AMERICANO, 2004, p. 77). Já D. Risoleta, em depoimento a Bosi, lembrou que havia diferenças entre as roupas simples das empregadas e as “caríssimas” utilizadas pelas patroas:

A gente ganhava uma bagatela que não dava pra nada, nem pra se vestir. Tinha que comprar as fazendinhas baratas da Pernambucanas pra fazer os vestidinhos e as patroas compravam as fazendas caríssimas delas e não davam nunca para a empregada vestir, pra ela não ficar chique. Que espírito atrasado que elas tinham! (Depoimento de D. Risoleta. In: BOSI, 2010, p. 385).

A análise da existência de práticas domésticas diferenciadas e das indumentárias de trabalho revela que os repertórios de objetos de patroas e empregadas domésticas eram distintos. Observando algumas imagens publicitárias de moda do *Mappin Stores*, nota-se que, enquanto as mulheres que apareciam expondo modelos de vestidos eram geralmente representadas com as mãos livres, apoiadas na cintura, enroscadas em colares ou segurando objetos como leques, flores, espelhos ou guarda-chuvas, as raras figuras de criadas

eram representadas vestindo uniformes, portando utensílios de trabalho — panos, vassouras e espanadores —, e em ações que demonstravam estar realizando alguma atividade doméstica.

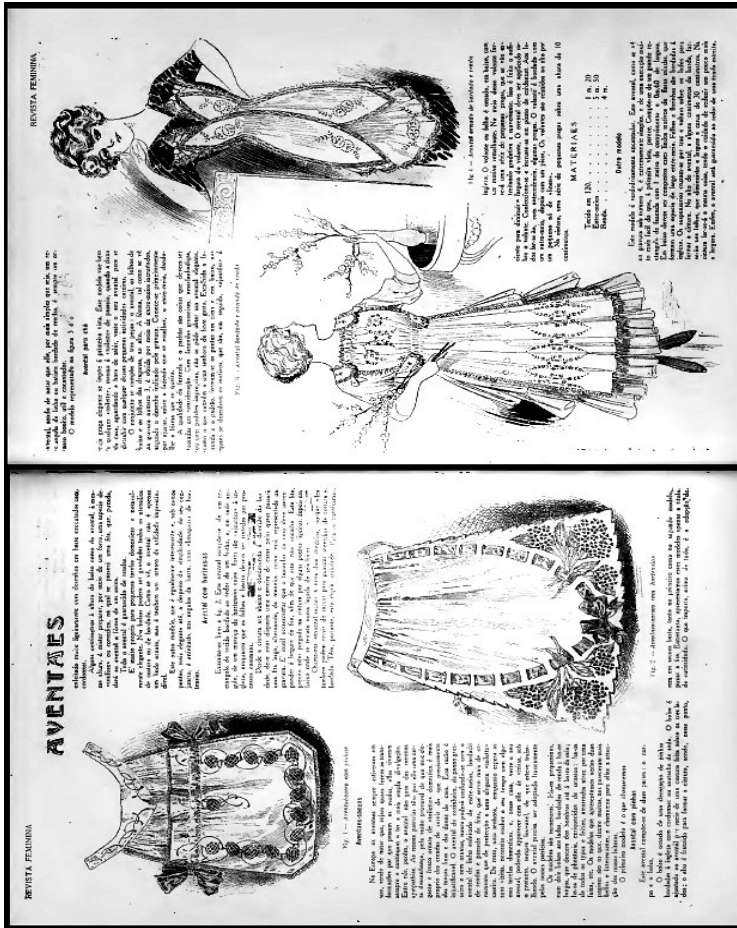


Figura 1 — “Aventaes”. *Revista Feminina*, n. 55, dez. 1918, p. 74-75. Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.

4/3/23 RM
23/54, C1

MAPPIN STORES
 SOCIEDADE ANONIMA INGLEZA

Vista suas criadas com distincção

As visitas ficarão bem impressionadas. As roupas que mencionamos abaixo são bonitas e duráveis.



TOUCA branca plissada na frente
6\$000

AVENTAL de superior morim, com ponto "à four".
6\$500



LAÇO de nanzouck com bord. e applicções
3\$000

VESTIDO de tricotine de algodão preto com nreguinhas
35\$000



TOUCA de mol-mol toda bordada
4\$000

AVENTAL de forte morim com bolso e bordados
6\$800



TOUCA branca com en-felte bordada
6\$000

AVENTAL de mol-mol branco com renda e ponto fantasia
9\$500

MAPPIN STORES

Figura 2— "Vista suas criadas com distincção". *O Estado de São Paulo*, 04 mar. 1923, p. 11. Coleção Mappin, Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

Em suma, as transformações que ocorreram na habitação paulista entre o final do século XIX e o início do XX contribuíram para o aumento das atividades domésticas. Com uma grande disponibilidade de mão-de-obra, mulheres pobres eram empregadas como criadas, lavadeiras, cozinheiras,

amas-de-leite, passadeiras etc. Como patroas e empregadas trabalhavam em parceria, cuidando dos afazeres da casa, uma divisão social do trabalho passou a ser necessária. Desse modo, elas deveriam ter tarefas diferenciadas na casa. Ficando o “serviço grosseiro” — ou seja, o trabalho “sujo”, desvalorizado, que demandava força física e grande engajamento corporal — sob responsabilidade da criada, a dona de casa poderia se dedicar à “limpeza artística” da habitação — organização da rotina doméstica, cuidados com as roupas, criação de pequenos trabalhos manuais, elaboração dos cardápios e preocupação com a educação dos filhos. Sendo assim, muito mais do que um processo em que a dimensão material é interpretada como um conjunto de símbolos que representava as diferenças sociais dessas mulheres e as tentativas de manutenção da hierarquia estabelecida entre elas — tal qual considerou Kofes ao estudar o fenômeno contemporâneo —, observa-se que a cultura material fazia parte de fato da construção dessas diferenças. Desse modo, as práticas domésticas diferenciadas, sustentadas por repertórios de objetos e condutas motoras igualmente diferenciadas, conformaram identidades distintas para patroas e empregadas domésticas.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar as relações entre patroas e empregadas domésticas na cidade de São Paulo, entre no final do século XIX e início do século XX. A intenção foi entender a construção da identidade dessas mulheres no espaço doméstico a partir das diferenças étnicas, sociais e de gênero, sob a perspectiva da cultura material. A análise se desenvolveu em torno da hipótese de que os objetos e os espaços da habitação atuaram como indutores de comportamentos e hábitos corporais. Como patroas e empregadas possuíam práticas domésticas diferenciadas e, consequentemente, repertórios de objetos e sínteses motoras também diferenciados, suas identidades se conformariam igualmente

distintas. Observou-se, então, um jogo de práticas de aproximações e distanciamentos, num esforço social de discriminação para diferenciar aquilo que poderia colocar em risco as hierarquias estabelecidas entre patroas e empregadas.

Referências:

Periódicos

Revista Feminina, 1915-1926.

Manuais femininos

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das Noivas*. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo/ Minas: Francisco Alves & Cia., 1905.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de. *A arte de viver na sociedade*. 4. ed. Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira. 4. ed., [S.l.]: 1909.

CLESER, Vera A. *O lar doméstico: conselhos praticos sobre a boa direcção de uma casa*. Sabará/MG: Unico agente vendedor A. Dilli/ São Paulo Typographia de Oscar Monteiro, 1913.

[O] *LAR e saude da familia: Manual domestico*. 5. ed. São Paulo, Sociedade Promotora da Saude no Brasil: Estação de São Bernardo, [1922].

LAR FELIZ: Manual de Economia Domestica, de Jardinagem, de Avicultura, etc. para uso das jovens mães e de todos quantos amam se lar. São Paulo: Livraria Agricola da "Chacara e Quintaes", 1916.

ROQUETTE, José Ignacio. *Codigo do bom tom; ou, Regras da civilidade e de bem viver no XIX século. Nova edição corrigida e consideravelmente augmentada*. Paris: Aillaud, 1875.

ROQUETTE, José Ignácio. *Codigo do bom tom; ou, Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. Lilia Moritz Schwarcz (Org.). São Paulo: Cia das Letras, 1997.

RUDAX, p.; MONTET, Ch. *Guide pratique de la mère: les deux premières années de l'enfant. Notions élémentaires de puericulture*. Paris: Masson et Cie, 1927.

SOUZA, Bento Jordão. *Manual da dona-de-casa: industria de domicilio, receitas e processos caseiros, arte culinaria, etc.* São Paulo: Hennes, 1916.

Bibliografia

AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. São Paulo: Saraiva, 1957.

ARNOLD, Erik; BURR, Lesley. Housework and the Appliance of Science. In: ARNOLD, Erik et alii. *Smothered by Invention: Technology in Women's Live*. Londres, Pluto, 1985, p. 145-161.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

BOXSHALL, Jan. *Good housekeeping: Every Home Should Have One*. London: Ebury Press Random House, 1997, p. 16-19.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. Bem-morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 4, p. 165-200, jan./dez. 1996.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: O sistema doméstico na perspectiva da cultura material — São Paulo, 1870 — 1920*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2008.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material, espaço doméstico e musealização. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46: p. 443-469, jul.-dez., 2011.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

COWAN, Ruth Schwartz. The 'Industrial Revolution' in the Home. Household Technology and Social Changes in 20th-century. In: *Technology and Culture*, Chicago, v. 17, n. 1, p. 1-23, 1979.

COWAN, Ruth Schwartz. *More Work for Mother*. New York: Basic Books, 1983.

DE LAURETIS, Teresa. "A Tecnologia do Gênero". In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e Impasses: O Feminismo como crítica da Cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-241.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

GIEDION, Siegfried. *Mechanization takes command: a contribution to anonymous history*. New York: W.W. Norton, 1948.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus padrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Trad. Viviana Bosi. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O Palacete Paulistano e Outros Formas de Morar da Elite Cafeeira (1867-1918)*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. O princípio da racionalidade e a gênese da cozinha moderna. *Pós-Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, n. 13, jun. 2003, p. 124-154.

KOFES, Maria Suely. *Mulher, Mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas*. São Paulo: Unicamp, 2001.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LEMONS, Carlos A. C. *Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da Casa Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

LEMONS, Carlos A. C. *Alvenaria Burguesa: breve histórico da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Nobel, 1989.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil, Belo Horizonte, Argumentvm, 2007.*

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. "Recônditos do Mundo Feminino". In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da belle époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 367-421.

MATOS, Maria Izilda Santos de. "Porta adentro: Criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930". In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila. *Novos Olhares: Mulheres e Relações de Gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero/Fundação Carlos Chagas, 1994, p. 193 — 212.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: História, Cidade e Trabalho*. Bauru: Edusc, 2002.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, São Paulo, n.115 (Nova Série), jul. — dez. 1983, p. 103-117.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. "O fogão da *Société Anonyme Du Gaz*: sugestões para uma leitura histórica de imagem publicitária". In: *Projeto História*, São Paulo, n. 21, p. 105-119, nov. 2000.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: A Vida do Trabalhador Pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: Edusp, 1994.

REDE, Marcelo. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, vol. 8-9, n. 9, p. 281-292, 2003.

REDE, Marcelo. História e cultura material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 133-150.

REVEL, Jacques. "Os usos da civilidade". In: *História da Vida Privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 169-210.

RONCADOR, Sônia. O demônio familiar: Lavadeiras, amas-de-leite e criadas na narrativa de Júlia Lopes de Almeida. In: *Luso-Brazilian Review*, Volume 44, n. 1, 2007, p. 94-119.

SANTOS, Simone Andriani dos. *Senhoras e criadas no espaço doméstico, São Paulo (1875-1928)*. 324f. 2015. Dissertação (Mestrado). FFLCH-USP, São Paulo, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Introdução". In: ROQUETTE, José Ignácio. *Código do bom tom; ou, Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, 07-39.

SILVA, João Luiz Máximo da. *Cozinha Modelo: O Impacto do Gás e da Eletricidade na Casa Paulistana (1870-1930)*. São Paulo: Edusp, 2008.

TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas em sobrados: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão*. 2011. 197 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2011.

WARNIER, Jean-Pierre. *Construire la culture matérielle. L'homme qui pensait avec ses doigts*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

[Recebido: 26 fev. 2016 — Aceito: 15 mar. 2016]